



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Licitação**

ATO DE REVOGAÇÃO

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em concordância com o parecer da Consultoria Jurídica, decide, no exercício de novo juízo de conveniência e oportunidade, fundamentado em fatos supervenientes no transcurso do Certame, e em prol do interesse público, **revogar**, nos termos do Artigo 49 da Lei 8.666/93, o **Pregão Eletrônico n.º 31/2011** que trata do Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Fortaleza-CE, aos 17 de julho de 2012.


Desembargador José Arísio Lopes da Costa
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

R\$ 1.183,22
R\$ 106.489,80

SFP 100BASE-LX

R\$ 2.606,98
R\$ 20.855,84

SFP 100BASE-ZX

R\$ 12.293,59
R\$ 98.348,72

Serviço de implantação Banco de Horas

500
R\$ 180,00
R\$ 90.000,00
TOTAL GERAL
R\$ 1.073.156,56
EMPRESA CLASSIFICADA DO LOTE II
1ª colocada LANLINK INFORMÁTICA LTDA. (R\$ 1.073.156,56).

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS DO LOTE II
LUIZ FONSECA DE QUEIROZ ME
K M MOREIRA LUZ

ATO DE REVOGAÇÃO

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em concordância com o parecer da Consultoria Jurídica, decide, no exercício de novo juízo de conveniência e oportunidade, fundamentado em fatos supervenientes no transcurso do Certame, e em prol do interesse público, **revogar**, nos termos do Artigo 49 Lei 8.666/93, o **Pregão Eletrônico n.º 31/2011** que trata do Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Fortaleza-CE, aos 17 de julho de 2012.

Desembargador José Arísio Lopes da Costa
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2012

A CPL do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, torna público que realizará no dia **03 de agosto de 2012 às 10:00h (horário de Brasília)**, um Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global Por Lote, que tem como o objeto a **"Aquisição de quadros brancos, lixeiras seletivas e plastificadora profissional, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará"**. As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **02 de agosto de 2012 às 10:00h (horário de Brasília)**. Edital e demais informações estão a disposição dos interessados na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no horário de 08:00h às 18:00h, fone/fax: (85)3207-7098, (85)3207-7100, (85)3207-7954 ou pelo e-mail: cpl_tjce@tjce.jus.br e pelos sites www.tjce.jus.br e www.licitacoes-e.com.br.

Fortaleza-CE, 18 de julho de 2012.

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA Nº 390/2012

O DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, O JUIZ DE DIREITO JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE designar Juciêne Maria de Arruda Pinto, matrícula 3587, para substituir José Rosa Façanha, Chefe da Seção de Zeladoria desta Diretoria, durante seu afastamento em gozo de férias, a partir de 02 de julho de 2012..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, Gabinete da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, aos 02 (dois) dias do mês de julho de 2012.

JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO
DIRETOR DO FÓRUM

PORTARIA Nº 432/2012

O DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, O JUIZ DE DIREITO JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da composição do cálculo de indicadores para a concessão da gratificação por alcance de

DISSOLUÇÃO DO BLOCO

Landim é escolhido para liderar PSB na AL

Com o fim do bloco, o deputado considera que o PT deveria romper com o PSB também na administração estadual

O deputado Wellington Landim (PSB) continuará sendo líder na Assembleia Legislativa, mas agora responderá apenas pelo PSB, devido ao rompimento do bloco com o PT, oficializado na última terça-feira, dia 17. Conforme o parlamentar, a decisão do PT não abalou os deputados socialistas que, de acordo com Landim, estão "tranquilos e sossegados" agora que o partido se tornou a maior bancada da Assembleia.

Desde a primeira administração de Cid Gomes que PT e PSB estendem a aliança formada no âmbito Executivo para o Legislativo. Há quatro anos atrás o bloco na Assembleia era formado por PT, PSB e PMDB. Na atual legislatura o bloco foi mantido com PT e PSB. Mas uma decisão da Executiva do PT pôs fim ao bloco sob o argumento de que o partido necessita de um líder para defender o PT.

Conforme a líder do PT na Assembleia, deputada Rachel Marques, não haverá, por parte do seu partido, oposição ao Governo. Mas para Landim, os petis-



Wellington Landim disse que a decisão do PT não abalou os deputados socialistas, que, segundo ele, estão "tranquilos e sossegados". FOTO: JOSÉ LEONAR

tas deveriam "mostrar a cara e sair de cima do muro". Já que desfizeram o bloco, Landim considera que o PT deveria romper com o PSB tanto na Assembleia como administrativamente.

Exonerados

O PT ocupa três secretarias no Governo do Estado. Os deputados Camilo Santana, Nelson Martins e Francisco Pinheiro chegaram a ser exonerados por cerca de um mês, mas como mesmo afirmaram o governador, para que fossem considerados como possi-

veis opções de candidatos à prefeitura de Fortaleza, numa tentativa de manter a aliança entre PT e PSB nessa eleição.

"Mas ela (Luizianne Lins) rejeitou os três e o governador os convidou de volta para o seu Governo e PT vem e desfaz o bloco (na Assembleia). É muita incoerência", considerou Landim.

Para o deputado José Sarto (PSB), não há como o PT fazer oposição ao PSB na Assembleia. Ele questiona como o Partido dos Trabalhadores vai adotar tal posicionamento se sempre deu

apoio à administração de Cid Gomes, da mesma forma como eles, do PSB, não podem fazer oposição ao PT. "Agora, é sempre bem-vinda a crítica inteligente e propositiva", avalia.

Hostilidade

Além disso, no segundo turno, em Fortaleza, PT e PSB podem estar juntos no mesmo palanque. Ele espera não haver nenhum tipo de "hostilidade" durante a disputa para a Prefeitura de Fortaleza, já que PT e PSB continuam unidos em âmbito estadual e possuem alianças em outros municípios do Estado. "Que a divergência em Fortaleza não seja feita de forma hostil para não fechar portas que depois não possam se abrir".

Sobre a liderança do seu partido, Sarto esclareceu que após o recense, em agosto, a bancada deve se reunir e formalizar Wellington Landim como líder do PSB na Casa. O deputado Sérgio Aguiar (PSB) também confirma que Landim deve continuar na liderança, entretanto disse claro não ter concordado com a decisão do PT em romper o bloco na Assembleia. "A justificativa deles é que se sentiriam mais a vontade para fazer a defesa do seu partido, mas para isso não teria necessidade de desfazer o bloco", opinou.

REGISTRO DE CANDIDATURA

Três partidos ainda irregulares

Três partidos políticos que participam das eleições deste ano, em Fortaleza, ainda precisam regularizar a situação quanto aos percentuais de candidaturas por sexo para que o Documento de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP) seja julgado.

As legendas que até ontem de manhã não haviam cumprido os diligências determinadas pelo cartório da 114ª zona, onde são processados os registros de candidaturas são: Partido Republicano Trabalhista Brasileiro (PR-TB) que tem 26,923% de candidaturas femininas; Partido Verde (PV) com 26,316% de mulheres candidatas; e Partido Trabalhista Cristão (PTC) que conta com 25,843% de candidaturas femininas no DRAP da comissão interventora. A legislação eleitoral exige que as candidaturas de cada sexo não ultrapassem os limites de no máximo 70% e no mínimo 30%.

O Diário Oficial Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) circulou, ontem, várias sentenças do juiz Mário Parente Tedólio Neto (114ª zona) deferindo o DRAP de alguns partidos. O deferimento do DRAP indica que a situação do partido está regular, devendo, a partir de então, serem analisados os pedidos de registro dos candidatos.

O sistema de divulgação de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral, dados atualizados até às 11h16min, indicava o jul-

gamento de 33 pedidos de registro de candidaturas, sendo que 30 pedidos de registro foram deferidos, duas renúncias foram homologadas e apenas um pedido foi indeferido.

Deferidos

Entre os registros deferidos constam os de prefeito, vice-prefeito e mais quatro de vereador pelo PSTU, 11 candidatos do PHS e 13 candidatos do PMDB, entre eles os registros das candidaturas de vereadores que pleiteiam a reeleição, como é o caso de Cid Gomes, Magaly Marques, Paulo Gomes, Vitor Valim e Walter Cavalcante.

A primeira candidata a ter o pedido de registro indeferido foi Bárbara Noeme Alexandre da Costa, pertencente aos quadros do PHS. No Diário Oficial da situação dela é apresentada como inapto (indeferido). No entanto, o Diário Oficial Eletrônico do TRE (18/07) publicou a sentença do juiz deferindo o pedido de registro.

O cartório eleitoral reconheceu engano na digitação dos dados e assegurou que a candidata estava com o pedido de registro indeferido.

Como consequência, a sentença será republicada no Diário Oficial. Os candidatos que já renunciaram a disputa por uma vaga à Câmara Municipal do Tribunal Superior Eleitoral, dados atualizados até às 11h16min, indicava o jul-

AÇÕES NO SUPREMO TRIBUNAL

Deputados do CE apresentam defesa

De acordo com levantamento do site Congresso em Foco, cerca de 22 deputados federais cearenses, 36% do total, estão respondendo a procedimentos judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF). Em toda a Câmara Federal, 160 dos 513 parlamentares (31,1%) estão figurando em ações da competência privativa da mais alta Corte do País.

Já no Senado, o levantamento aponta 31 dos 81 senadores, quase 40% do total, como réus de processos do Supremo. Não estão incluídos nesse número nenhum dos representantes da Ceará na Casa, Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT).

Ao todo, são oito Inquéritos e duas Ações Penais contra deputados federais cearenses instauradas no STF. As acusações são diversas, entre lavagem de dinheiro, crimes eleitorais, violação de direito administrativo, apropriação indébita previdenciária, crimes contra o sistema financeiro nacional e até suposto envolvimento em homicídio.

É importante notar, no entanto, que responder a um processo judicial não significa necessariamente que qualquer um dos acusados seja culpado da acusação atribuída. Os cearenses investi-

gados pela Suprema Corte são Aníbal Gomes (PMDB), Danilo Forte (PMDB), Genecias Noronha (PMDB), Gorete Pereira (PR), José Linhares (PP), Manoel Salviano (PSD), Mário Feitoza (PMDB) e Raimundão (PMDB).

Processos

Segundo o deputado Aníbal Gomes, que responde ao inquérito 1396 pela suposta participação do homicídio de João Jaime Ferreira Gomes Filho, ex-prefeito de Acararé, a denúncia trata-se apenas de "politicagem regional". Ele afirma que o próprio Ministério Público Federal pediu, à época das acusações, o arquivamento do processo por ausência de provas.

Já Danilo Forte, que foi incluído no levantamento como envolvido no Inquérito 3317 por violações de direito e processo eleitoral, afirma que já protocolou pedido na Corte para expedição de certificação provando que seu nome não é envolvido em quaisquer processos no STF.

Em sua defesa, a deputada Gorete Pereira afirma que o processo encaminhado ao STF envolvendo o seu nome já se encontra com pedido de arquivamento, pois desconsidera um

Todos os processos são antigos. Alguns atos que beneficiaram os parlamentares poderão motivar o encerramento de algumas das ações

acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) regularizando sua situação. Ela responde por crime contra direito administrativo, diz o levantamento.

Já Manoel Salviano, acusado de apropriação indébita previdenciária na gestão da empresa Farmace, afirma que é ape-

nas sócio cotista da empresa, estando afastado da sua administração desde o ano 2000. Além disso, o parlamentar do PSD afirma que há erro de classificação no processo: na realidade, a empresa teria apenas deixado de reter o INSS incidente sobre serviços de frete, não tendo cometido apropriação indébita.

Os deputados Genecias Noronha (que responde inquérito por crimes eleitorais), José Linhares (inquérito de investigação penal), Mário Feitoza (inquérito por crimes contra o sistema financeiro) e Raimundão (ação penal por crimes contra o sistema financeiro) não comentaram as investigações.

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Licitação
ATO DE REVOGAÇÃO**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em cognoscência com o parecer da Consultoria Jurídica, decide, no exercício de novo juízo de conveniência e oportunidade, fundamentado em fatos supervenientes no transcurso do Certame, e em prol do interesse público, revogar, nos termos do Artigo 48 da Lei 8.666/93, o Pregão Eletrônico nº 319/2011 que trata do Registro de Preços para Aquisição de Mobiliário, para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Fortaleza-CE, aos 17 de julho de 2012.
Desembargador José Artur Lopes da Costa
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS DO OBOÉ MULTICRED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A OBOÉ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, conforme Ato-Prezi nº 1.212, de 09/02/2012, do Banco Central do Brasil, com sede na Avenida Senador Virgílio Távora, 1.905, Aldeota, na Cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, CEP 60170-251, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 01.581.283/0001-75 ("Oboé DTVM"), na qualidade de administradora do OBOÉ MULTICRED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.374.123/0001-08 ("Fundo"), convoca os cotistas do Fundo, em atendimento à solicitação formalizada pelo Grupo de Representantes do Fundo, para a assembleia geral extraordinária a ser realizada no dia 30 de julho de 2012, às 14 horas, na sede da Oboé DTVM (endereço supra citado), a fim de deliberar sobre:

1. Apresentação do Administrador sobre a situação do Fundo, em data-base mais próxima da data desta Assembleia;
2. Alteração da composição do Grupo de representantes de cotistas do Fundo e seus respectivos poderes;
3. Alteração dos Capítulos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI, XII e XVIII, bem como dos Anexos I e II do Regulamento do Fundo;
4. Transformação do Fundo de condomínio aberto para condomínio fechado;
5. Resolução das cotas dos intitulados "cotistas não clientes";
6. Fechamento ou abertura do Fundo para resgates, bem como aprovação de plano de resgate e/ou amortização de cotas do Fundo, ou ainda resgate através de ativos ou direitos creditórios do Fundo;
7. Consolidação do Regulamento do Fundo;
8. Apresentação dos trabalhos realizados pelos representantes de cotistas do Fundo.

Ficam os senhores cotistas identificados que na assembleia ora convocada o processo de votação, observado o disposto no Regulamento do Fundo, poderá ser realizado por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador em até 24 (vinte e quatro) horas da data prevista no aviso de convocação. No caso de cotistas representados por procuradores, os instrumentos de procuração deverão conter poderes específicos para a finalidade a que se destina e firmas reconhecidas nas procurações por instrumentos particulares.

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do tel. nº (85) 3133-7500.

Fortaleza (CE), 19 de julho de 2012.
ADMINISTRADORA
OBOÉ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

LUSTOSA DA COSTA

Fazer cumprir a lei

A lei seca, no trânsito, não deve ser uma destas leis que vem para não ficar. Ela deve ficar e abrange todo o território nacional, em benefício da sociedade e dos cofres públicos. Desde que muitos utilizam o automóvel como uma arma, ele tem enlutaado famílias. Os prejuízos com os desastres de automóvel não é vítima

apenas famílias. Eles também prejudicam toda a sociedade, que perde braços e vidas preciosas que podiam continuar prestando serviços à coletividade. Os maiores prejuízos com a frequência de acidentes em ruas e garagens atingem os cofres públicos. Bilhões de reais são gastos, todos os instantes, por hospitais públicos, no tratamento das vítimas de acidente.



LEI SECA
A lei seca deve ampliar sua ação pelas estradas do País, onde também são inúmeros os acidentes oriundos da bebida. E chegar também ao Interior

Tratamento

■ As vezes, os tratamentos não apresentam resultados práticos. É dinheiro que poderia ser canalizado para doenças urgentes e sociais, que atingem a maioria, e não aqueles que possuem carros e neles se locomovem sem cuidados.

Banalidade

■ Quando Carlos Eduardo pode gozar as primeiras férias como auditor do TCU, foi para a Oceania, conhecer as Ilhas Fidji, Nova Zelândia e Austrália. Hoje, se vai à Europa como quem ia a Tianguá, morando em Sobral.

Viagens

■ Sempre recordo aqui que, quando meu pai ia viajar de Fortaleza a Sobral, se despedia dos conhecidos. Lembro empresário, com negócios na Sudene, e não aqueles que acompanha-se de todos os filhos até o aeroporto.

Vulgarização

■ É que o turismo barateou-se e se vulgarizou muito. Isto falando do nacional. Porque, dentro em breve, ocorrerá o turismo internacional, dando a todas as pessoas o direito de conhecer o mundo.

Viagens II

■ As viagens eram raras. Quando minha avó materna morreu, estávamos em Sobral e não havia nenhuma possibilidade de minha mãe se deslocar de tão longe até Cajazeiras onde ocorreu o óbito.

Importante

■ O que até bem pouco tempo era privilégio de alguns, vai se tornar regra. Tanto é verdade que minha primeira viagem à Europa, em 1970, foi algo muito importante. Pelo menos para mim.

CAIMA Ministério da Fazenda **BRASIL** PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

AVISO DE ADIAMENTO
Pregão Eletrônico 132/7086-2012

Este Pregão será realizado por meio do sistema eletrônico denominado Objeto Contratação de empresa para fornecimento de bananas do tipo maçã – FERMOGRAN 62 de tamanho médio com peso mínimo – 100g (100g) – para impressão MCAE 1002/11. O Edital encontra-se disponível no CDIO de lotes 02/01/2012, às 09h 30 min. O Pregão, aberto até o dia 27 de julho de 2012, às 14h 30 min, encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.compras.gov.br

SERPRO Ministério da Fazenda **BRASIL** PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 222/12012

Processo: 70887.00001/2012-20 Objeto: Manutenção do software de gerenciamento de dados de perfil eletrônico a partir de 07/2012 até 31/12/2012. Data de envio de proposta eletrônica: 19/07/2012 às 10h. Data de início da etapa de lances: 19/08/2012 às 10h. Local da Realização: www.compras.gov.br

São Paulo, 19 de Julho de 2012
Preço/Item Designado

CAIMA Ministério da Fazenda **BRASIL** PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 1447086-2012

Este Pregão será realizado por meio do sistema eletrônico, pela internet Objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia para adaptação e modernização do 2º (segundo) e 3º (terceiro) andar do edifício construído na Rua Manoel de Sá, nº 100, bairro de São Paulo, SP, no município de São Paulo, SP, para execução de obras de reforma e modernização para adequação ao funcionamento para o ano de 2012. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.compras.gov.br

COMANDO DA AERONÁUTICA Ministério da Defesa **BRASIL** PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 18/02CEA/2012

OBJETO: Pregão eletrônico – Prestação de serviços técnicos e especializados em TI, conforme especificado no Termo de Referência

ENTREGA DAS PROPOSTAS a partir da data de publicação deste aviso, no endereço www.compras.gov.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS dia 31/07/2012 às 08:00h, no endereço www.compras.gov.br.

EDITAL E ESPECIFICAÇÕES, encontra-se disponível gratuitamente no site www.compras.gov.br.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2012
LUIZ CARLOS MOREIRA LIMA Cel. Int.
Ordernador de Despesas por Delegação de Competência

ETERINIT S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da Eterinit S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

AMAZONS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência CC - Nº. 243/2012

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de instalação de rede elétrica rural subsequente de média tensão, interligação com rede elétrica rural e averbação de obras civis associadas, na área de concessão da Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em atendimento ao Edital de Licitação nº 02/2012, de 19 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 21 de maio de 2012.

Local: Fortaleza-CE, Rua Manoel de Sá, nº 100, bairro de São Paulo, SP, no município de São Paulo, SP.

Valdeni Batista Mlhômens
Gerente-Asessoria Especial de Licitação e Contratação

AES Elpa

AES ELPA S.A.

Corporação Aberta
CNPJ nº 01.703.000/0001-33 - NIRE 33.300.191.020

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2012

1. Data, Hora e Local: Realizada em 20 de julho de 2012, às 14h00 horas, na Sala de Reuniões da AES Elpa S.A., localizada na Rua Lúcia Helena, nº 100, bairro de São Paulo, SP, no município de São Paulo, SP.

2. Participantes: O Conselho de Administração, o Comitê de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho de Supervisão e o Conselho de Auditoria.

3. Assuntos em Discussão: Aumento de Capital, nomeação de membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão de Licitação

ATO DE REVOGAÇÃO

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em concordância com o parecer da Consultoria Jurídica, decide, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, fundamentado em fatos supervenientes no transcurso do Edital nº 02/2012, de 19 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 21 de maio de 2012, revogar o Edital nº 02/2012, de 19 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 21 de maio de 2012, por não atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Fortaleza-CE, aos 17 de julho de 2012.
Desembargador José Afonso Lopes de Costa
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

1. Data, Hora e Local: Realizada em 20 de julho de 2012, às 14h00 horas, na Sala de Reuniões da AES Elpa S.A., localizada na Rua Lúcia Helena, nº 100, bairro de São Paulo, SP, no município de São Paulo, SP.

2. Participantes: O Conselho de Administração, o Comitê de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho de Supervisão e o Conselho de Auditoria.

3. Assuntos em Discussão: Aumento de Capital, nomeação de membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração.

4. Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

5. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

6. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

7. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

8. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

9. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

10. O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da AES Elpa S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.

CCR S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2012

O Conselho de Administração, em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 18 de junho de 2012, no auditório da CCR S.A., em São Paulo, SP, deliberou sobre o processo de reestruturação da empresa, visando a recuperação financeira e operacional da mesma. O Conselho aprovou o plano de reestruturação, incluindo a redução de custos, a otimização de processos e a busca de novos mercados. O Conselho também aprovou a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração e o Comitê de Administração. O Conselho encaminhou a presente ata para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de julho de 2012.